

Jornalismo de serviço: um aporte teórico em construção¹

Service journalism: a theoretical contribution in construction

Periodismo de servicio: una contribución teórica en construcción

Mayara Jordana Sousa Santana²
Ana Carolina Rocha Pessôa Temer³
<http://dx.doi.org/10.5216/35716>

Resumo

Este artigo tem como objetivo relacionar as correntes teóricas da comunicação para a formulação de um aporte teórico condizente com as especificidades do gênero discursivo jornalístico, o jornalismo de serviço, que consiste em uma das categorias de enunciados presente no jornalismo brasileiro, cujo reconhecimento dentro a taxionomia dos gêneros do jornalismo é recente, data do final do século XX, necessitando, portanto, de mais contribuições para a consolidação dessa temática no âmbito acadêmico. Nesse estudo, o jornalismo e suas características elementares são apresentados por meio de referencial bibliográfico já existente, com intuito de discutir sobre essa modalidade específica na comunicação de massa e destacar a importância da apreensão das especificidades do jornalismo a partir da teoria sobre os gêneros jornalísticos. Sem a intenção de exaurir o tema, o estudo propõe relações entre as teorias, que possam estabelecer leituras sobre esse objeto no campo científico da comunicação.

Palavras-chave: Teorias da comunicação. Gêneros jornalísticos. Jornalismo de serviço.

Abstract

This article aims to relate the theories of communication in order to formulate an appropriate theoretical contribution with the specifics of a journalism genre, the service journalism, which is listed as a category present in brazilian journalism, whose recognition in taxonomy of journalism genres is recent in Brazil, dating from the late 20th century, requiring more contributions to the consolidation of this theme within academic. In this study, journalism and its elementary characteristics are provided through bibliographic reference, to discuss this specific mode of mass communication and also to highlight the importance of the specificities of journalism according to the theory about genres. Instead of exhausting the topic, the study proposes relationships between theories that can establish readings of this object in the field of scientific communication.

Keywords: Theories of communication. Journalism genres. Service journalism.

Resumen

Este artículo pretende relacionar las corrientes teóricas de la comunicación con el fin de realizar una contribución teórica que sea coherente con las particularidades de un género de discurso periodístico,

¹ Este trabalho foi desenvolvido dentro do Projeto de Pesquisa Rupturas Metodológicas para uma leitura crítica da Mídia entre os Programas de Pós-Graduação da UFG e UFRJ, que integra a ação transversal nº 06/2011 - Casadinho/Procad.

² Mestranda em Comunicação pela Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás (UFG), na linha de Mídia e Cidadania. Jornalista no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). E-mail: mayarajordana@gmail.com

³ Pós-Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora e Orientadora. E-mail: anacarolina.temer@gmail.com

el periodismo de servicio, el cual hace parte de una de las categorías enumeradas en el periodismo brasileño, cuyo reconocimiento en la clasificación de los géneros del periodismo es reciente, data de finales del siglo XX, por lo tanto, requiere mas aportes para la consolidación de dicho tema en el ámbito académico. En este estudio, el periodismo y sus características elementales se presentan por medio de revisión bibliográfica existente, con el fin de discutir acerca de esta modalidad específica de la comunicación de masas y destacar la importancia de la aprehensión de las especificidades de periodismo de acuerdo con la teoría de los géneros periodísticos. Sin intención de agotar el tema, el estudio propone relaciones entre las teorías, que pueden establecer lecturas sobre este objeto en el campo de la comunicación científica.

Palabras clave: Teorías de la comunicación. Géneros periodísticos. Periodismo de servicio.

1 INTRODUÇÃO

Desde que a prática social jornalística tornou-se objeto de reflexões acadêmicas, a cultura profissional e as especificidades nos relatos jornalísticos ancorados no tempo e no espaço tornaram-se importantes categorias de análise nas ciências da comunicação e para o estabelecimento das teorias do jornalismo. O processo jornalístico, organizado e normatizado, possibilita a apreensão das formas de expressão jornalísticas, concretizadas, por exemplo, em categorias, formatos e tipos de enunciados e suas funções, consolidando, assim, a teoria dos gêneros jornalísticos.

Os estudos sobre jornalismo e, especificamente, sobre gêneros jornalísticos são resultantes de desdobramentos nas modalidades de comunicação de massa e também são consequências do reconhecimento dos meios noticiosos como um campo de conhecimento possuidor de uma linguagem, saberes, lógica e técnicas particulares e também de princípios éticos e códigos deontológicos, ou seja, um *modus operandi* que justifica a apreensão de suas particularidades, a partir da observação de seu ambiente propício, no caso, os meios noticiosos, e de sua gramática própria e aporte teórico particular.

Os gêneros jornalísticos tratam-se de ramificações na modalidade da comunicação periodística também compreendida como um campo profissional, que se organiza para obter eficiência e competência na codificação das mensagens do cotidiano, por meio do tratamento de fatos, pelo fluxo periódico das informações e também pelo uso das tecnologias de comunicação de massa para a difusão de seus conteúdos.

É a partir da apreensão da relevância dos gêneros jornalísticos na organização dos assuntos do cotidiano nos meios noticiosos, na normatização das formas de expressões jornalísticas e na associação que propiciam entre teoria e prática que este artigo visa discorrer sobre as características essenciais do jornalismo que lhe conferem credibilidade social. O objetivo é reunir as contribuições de diversos autores para discorrer sobre o as teorias que legitimam as análises sobre os gêneros jornalísticos, buscando, com isso, circunscrever a

discussão ao jornalismo de serviço, delimitando quais paradigmas, dentre as teorias da comunicação, servem para explicá-lo e também para formar uma base teórica sobre essa categoria específica de relato no jornalismo brasileiro.

2 JORNALISMO: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS ELEMENTARES

O jornalismo pode ser compreendido como um dos campos de conhecimento dentre as ciências da comunicação, cujas fundamentações teóricas originaram-se a partir de observações e reflexões críticas sobre as práticas jornalísticas. Inicialmente, os estudos empíricos sobre o jornalismo detiveram-se aos jornais impressos, como explica Groth (2011, p.12) ao conceber um corpo próprio para o avanço de uma ciência dos jornais. O pioneirismo dos jornais para a consolidação dessa ciência justifica-se na origem dos próprios jornais impressos, que foram se estabelecendo, no século XVII, em consonância com os ideais e as necessidades socioeconômicas da sociedade burguesa. A origem dos jornais teve também o suporte da tecnologia da prensa de papel desenvolvida por Gutenberg. Porém, a instituição do jornalismo como profissão data do século XIX.

De sua origem até a consolidação como um campo profissional, o jornalismo foi estabelecendo seus valores sociais e de uso ao exercer funções de mediação do homem em relação ao mundo cotidiano, diferenciando-se das demais formas de mediação humana, especialmente, por necessitar, em suas funções, do suporte tecnológico das mídias. Além disso, o jornalismo se distingue por privilegiar a narrativa do cotidiano, cuja matéria-prima é a informação verossímil e atual, que ao ser organizada e sistematizada por meio de gêneros e formatos jornalísticos, normatiza e atribui sentidos tanto nas rotinas produtivas jornalísticas quanto no mundo social apresentado pela mídia noticiosa.

O jornalismo configura-se em seu papel de mediação por apresentar quatro importantes características: a periodicidade, a universalidade, a atualidade e a publicidade (GROTH, 2011). O campo jornalístico também organiza a vida social, tirando os fatos de um pretenso fluxo natural ou da inexistência de uma ocorrência não publicizada, dotando-os de causas e consequências, assim como de atributos e valores delimitados pelas linhas editoriais das instituições jornalísticas e pelas técnicas de relatos manejadas pelos jornalistas e demais profissionais da imprensa. Desse modo, o jornalismo define entre as ocorrências aquilo que é noticiável ou não. Porém, para os receptores, entendidos como atores sociais, as notícias do dia são apreendidas como objetos dados e eventos públicos existentes na natureza social, e não como construções simbólicas dos meios noticiosos, como explica Tuchman (1978), ao

relatar a importância das organizações noticiosas e do modo de produção jornalística na configuração da realidade veiculada por meio das notícias.

[...] as notícias simultaneamente registram e são um produto da realidade social, porque são fornecidas aos consumidores de notícias como uma abstração seletiva projetada para ser coerente, apesar de sua negligência de alguns detalhes – mas, não necessariamente daqueles excluídos no processamento da história. A abstração seletiva e a representação de informações e a atribuição reflexiva de significados para os eventos entendidos como notícias são características naturais da vida cotidiana. (TUCHMAN, 1978, p. 190, tradução nossa).

Essa abordagem sociológica interpretativa do jornalismo pertence ao corpo próprio das teorias construcionistas e também das teorias estruturalista e interacionista integrantes das teorias do jornalismo, campo de conhecimento esse que se constituiu nos anos de 1930, nos Estados Unidos. Segundo essas correntes dos estudos de jornalismo iniciadas nos anos de 1970, as notícias devem ser compreendidas como uma construção social, ressaltando a autonomia dos jornalistas e considerando as interferências das rotinas produtivas e dos processos de codificação das mensagens do cotidiano no resultado final da produção jornalística (TRAQUINA, 2005, p.172). Essas teorias se opõem àquelas correntes teóricas precedentes nos estudos sobre o jornalismo, como a teoria do espelho, em que as notícias foram compreendidas, inicialmente, como um reflexo da realidade e, também, refutam a teoria da ação política, que defende uma distorção intencional das notícias, ação essa subserviente a interesses políticos escusos.

O conceito de jornalismo faz referência, indefinidamente, aos veículos de comunicação de massa periódicos, às instituições onde se faz o jornalismo, bem como é sinônimo também do exercício profissional e dos grupos de profissionais e seus códigos deontológicos, configurando-se, assim, como um “[...] campo profissional, industrial e institucional.” (SILVA, 2012, p. 12). Groth (2011, p.323) entende o jornalismo em dois âmbitos: o primeiro, que diz “[...] respeito às pessoas, ao grupo de atuantes no jornalismo profissionalmente (como ocupação principal) [...]”. E o segundo campo em “[...] relação ao conteúdo, à atividade jornalística e aos seus produtos em conjunto.”.

Traquina (2005, p.22), por sua vez, define o jornalismo como uma “atividade intelectual”, cujo campo jornalístico contemporâneo se divide em dois polos: um polo econômico (em que a notícia é definida como uma mercadoria e o jornalismo como um negócio) e um polo ideológico (em que as notícias e o jornalismo são tidos como um serviço público).

Basta um olhar distraído aos diversos produtos jornalísticos para confirmar que é uma atividade criativa, plenamente demonstrada, de forma periódica, pela invenção de novas palavras e pela construção do mundo em notícias, embora seja uma criatividade restringida pela tirania do tempo, dos formatos e das hierarquias superiores, possivelmente do próprio dono da empresa. (TRAQUINA, 2005, p.22).

Nascido como uma prática social, o jornalismo ainda busca a sua legitimação como um campo de conhecimento. Porém, esse reconhecimento científico encontra dificuldades pelo fato dessa área possuir um objeto de estudo bastante dinâmico, dialógico em relação à cultura e ao social e influenciado também pelas transformações nas tecnologias de informação e de comunicação. Nesse sentido, o campo jornalístico desdobra-se em outras vertentes, a exemplo, das teorias dos gêneros jornalísticos, visando que os avanços nos estudos dessa área dê conta das mudanças estruturais no jornalismo, que ocorrem “[...] tanto por questões de sobrevivência econômica e tecnológica, quanto por uma constante necessidade de legitimação social e política, que ultrapassa em muito a sua inserção no mundo das trocas mercadológicas.” (SILVA, 2012, p.12).

As funções do jornalismo, outrora, delimitadas pelo sentido basilar de relatar e informar um vasto público; atualmente, nas defesas da corrente do pós-jornalismo, há um busca pela reinvenção da prática social jornalística no século XXI, como um campo que, além de se limitar ao âmbito informativo, possa atuar como um prestador de serviço, cuja produção noticiosa deva ser útil para os cidadãos na tomada de decisões na vida cotidiana, promovendo a práxis pela comunicação de massa, garantindo um avanço na teoria democrática e ampliando o exercício da cidadania.

Nesse novo paradigma, é preciso ir além dos fatos, é preciso recobri-los de contexto, de utilidade pública, transformando-se a função noticiosa numa espécie de serviço público. E embora sendo muito mais uma atividade privada do que estatal, faz as vezes de um serviço público. E embora seja uma atividade de mercado, procura caracterizar-se como uma militância de terceiro setor, algo como: privado, porém público. (SILVA, 2012, p.13).

Nesse sentido, os estudos sobre os gêneros jornalísticos e, especialmente, sobre o jornalismo de serviço, tornam-se relevantes para a compreensão dessa tendência ao pós-jornalismo na contemporaneidade, paradigma esse que, caso torne-se predominante, modificaria a hierarquia das funções sociais do jornalismo, privilegiando a informação utilitária nas formas de relatos jornalísticos, os quais, no jornalismo brasileiro, destaca-se, atualmente, a hegemonia dos gêneros informativo e opinativo, bem como do entretenimento e do sensacionalismo.

3 GÊNEROS JORNALÍSTICOS: DA RETÓRICA A UM CONHECIMENTO BRASILEIRO

Os gêneros jornalísticos, apesar de serem inerentes às formas de relatar existentes desde o início da imprensa, tiveram sua apreensão sistematizada na forma de uma teoria dos gêneros jornalísticos somente a partir do trabalho do professor da Universidade de Paris e docente no Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina – Ciespal, Jacques Kayser (1953), reconhecido como o “pioneiro no tratamento dos gêneros jornalísticos do ponto de vista acadêmico”, como relembra Melo (2010, p. 24). Este autor também considera de igual influência as contribuições de Nixon, também atuante no Ciespal e contemporâneo de Kayser, para a percepção das funções que os gêneros desempenham no jornalismo, o que serviria, posteriormente, de embasamento teórico para uma classificação acadêmica dos gêneros jornalísticos, a partir de suas funções: informativo (cuja função é de vigilância social), opinativo (atuando como fórum de ideias), interpretativo (papel educativo) e diversional (entretenimento e lazer).

Os estudos sobre os gêneros não se originaram com o jornalismo, mas, anteriormente, consolidaram-se nos estudos sobre a retórica e na literatura. Ferreira (2012, p. 3), ao discorrer sobre o estado da arte dos gêneros jornalísticos, retoma a origem dos gêneros ainda nos estudos sobre a retórica, na Grécia Antiga, com a primeira sistematização dos gêneros dos discursos realizada por Aristóteles e Platão, o que levaria à formação da identidade dos textos em poesia, prosa, tragédia e comédia e outros gêneros da literatura.

O ouvinte é, necessariamente, expectador ou juiz; se exerce as funções de juiz, terá de se pronunciar ou sobre o passado ou sobre o futuro. Aquele que tem de decidir sobre o futuro é, por exemplo, o membro da Assembleia; o que só tem que se pronunciar sobre a faculdade oratória é expectador. (ARISTÓTELES, s.d., p.39 *apud* FERREIRA, 2012, p.3).

Assim, Ferreira (2012, p.3) explica a classificação dos gêneros da retórica feita por Aristóteles em: gênero deliberativo (voltado tanto para o aconselhamento e desaconselhamento na assembleia, quanto aos valores úteis e prejudiciais à comunidade grega clássica); gênero judiciário (em que os juízes têm a intenção de realizar defesas ou acusações sobre os fatos ocorridos, implicando a esses valores caráter como justos ou injustos); e, por fim, o gênero demonstrativo (em que os espectadores elogiam ou censuram, segundo valores de nobreza ou ausência de dignidade sobre fatos do presente).

É com Platão que se tem a primeira noção dos gêneros na literatura, área essa em que os estudos sobre os gêneros legitimaram-se com a classificação em: tragédia ou comédia no

teatro; ditirambo ou poesia lírica e a poesia épica. Na Idade Média, como explica Silveira⁴ (2005, p. 51) *apud* Ferreira (2012, p.4) surgiram novos gêneros literários, como a poesia lírica e gêneros teatrais, bem como o romance de cavalaria, precedente do gênero romance, que foi consolidado, na segunda metade do século XVIII, na literatura.

Os avanços nos estudos sobre os gêneros tiveram com Mikhail Bakhtin uma abordagem sociorretórica, que, em sua maioria, ainda é utilizada para sustentar teoricamente as pesquisas sobre os gêneros do discurso jornalístico. O marco conceitual elaborado por Bakhtin explica os gêneros como parâmetros para os enunciados produzidos em determinadas situações de comunicação ou enunciações que ocorrem nas mais diversas esferas da atividade humana. Constituem-se por expressões linguísticas relativamente estáveis, que se concretizam por meio da forma, conteúdo e estrutura, conforme explicam Melo e Assis (2013, p.23) essa teoria. Na perspectiva de Bakhtin, nos estudos sobre os gêneros pesam os fatores estilísticos (mais associados às formas e à estética dos gêneros) e orgânicos (referentes à adequação funcional dos gêneros nas atividades humanas).

Segundo a teoria bakhtiniana, os gêneros são divididos em duas categorias: os primários, que agrupam os gêneros da comunicação oral (conversas de salão, diálogos e explanações orais); e os secundários, em que nesses incluem-se os gêneros jornalísticos, tratando-se de um grupo de gêneros da comunicação escrita (literatura, jornalísticos, textos científicos, etc.). Desse modo, os gêneros jornalísticos são compreendidos como gêneros secundários dos discursos, segundo a teoria bakhtiniana, e tratam-se de categoriais pertencentes ao jornalismo. Este que, por sua vez, é integrante da modalidade de comunicação periodística, que está inclusa dentro da comunicação de massa, a qual, por fim, é um das formas de comunicação englobadas pelo amplo campo da comunicação humana.

O campo da comunicação é constituído por *conjuntos processuais*, entre eles a comunicação *massiva*, organizada em *modalidades* significativas, inclusive a comunicação *periodística* (jornal/revista). Esta é a estruturada, por sua vez, em *categorias* funcionais, como é o caso do jornalismo, cujas unidades de mensagem se agrupam em *classes*, mais conhecidas como *gêneros*, extensão que se divide em outras, denominadas *formatos*, os quais, em relação à primeira, são desdobrados em espécies, chamadas *formatos*. (MELO, 2009, p. 35, grifo do autor *apud* MELO; ASSIS, 2013, p. 20).

Os gêneros jornalísticos inter-relacionam-se com as culturas onde estão inseridos, sendo dinâmicos, porém, também, relativamente estáveis por constituírem-se numa categorização que busca colocar uma certa ordem e estabilizar a comunicação em diversas

⁴SILVEIRA, Maria Inez Matoso. Análise de Gênero Textual: concepção sócio-retórica. Maceió: Edufal, 2005.

esferas da sociedade, seja a partir da reunião de textos pelos formatos e tipos das mensagens ou pela função social dessas. Também, são relevantes na construção de sentidos nas relações sociais e como organizadores nos processos comunicativos.

Os gêneros também podem ser compreendidos como categorias de discursos ou expressões do relato jornalístico capazes de agrupar trabalhos ou textos, reunindo-os a partir de suas semelhanças linguístico-visuais, num dado espaço geográfico e quadro temporal. Para Temer (2011, p.420), os gêneros são importantes na comunicação realizada pelos meios de comunicação, enquanto estratégias comunicacionais.

O gênero é um conceito-chave para os veículos de comunicação, porque é, a partir dele, que o emissor pode agir em função de um quadro semântico – ou um conjunto de possibilidades linguístico-visuais delimitados e, previamente, conhecidos pelos receptores. O gênero é uma promessa de conteúdo, ou de uma possibilidade de conteúdo, uma espécie de contrato, previamente, acordado entre emissor e receptor. (TEMER, 2011, p. 420).

Os estudos sobre os gêneros jornalísticos, com a formação de um corpo disciplinar na academia, datam de 1950, na Europa, a partir da sistematização de disciplinas específicas na Universidade de Navarra, na Espanha, por iniciativa do professor José Luiz Martinez Albertos, “[...] que se converteria em patriarca ibérico dessa área de estudos jornalísticos.” (MELO; ASSIS, 2010, p. 15). Posteriormente, os avanços dos estudos sobre os gêneros jornalísticos prosseguiram com as contribuições de autores de diversos locais, como em Quito (Equador), Cracóvia (Polônia), Pamplona (Espanha) e Recife (Brasil), que “[...] vão constituir espaços decisivos para a difusão da metodologia que configura os gêneros jornalísticos no panorama internacional dos estudos sobre a imprensa.”, destacando nomes, como: Jorge Fernández (Equador), Irena Tetelowska (Polônia), Luiz Beltrão (Brasil), Amália Dellamea (Argentina), Raul Rivadeneira Prada (Bolívia), Ana Francisca Aldunate e Abraham Santibáñez (Chile), Guillermina Baena (México) e Juan Gargurecivh (Peru).

No Brasil, os gêneros jornalísticos são pioneiramente objetos de estudos nos anos de 1960, com o autor Luiz Beltrão, que iniciou a delimitação entre os gêneros informativo, opinativo e interpretativo, com as obras *A Imprensa Informativa* (1969), *Jornalismo Interpretativo* (1976) e *Jornalismo Opinativo* (1980). Posteriormente, José Marques de Melo defende, em 1985, sua tese de livre docência, que se tornou um livro, contribuindo para a legitimidade da trilogia informativo-opinativo-interpretativo no jornalismo brasileiro, áreas essas que se estabeleceram como disciplinas específicas dentro dos cursos de jornalismo no Brasil. Mas, o próprio Melo (2010, p.26) considera que, mesmo na época de edição de sua obra, tinha consciência de que essa consistia num retrato dos relatos jornalísticos brasileiros

limitado por um quadro temporal e alertava sobre a natureza efêmera na classificação dos gêneros jornalísticos.

Os resultados demonstraram que o esquema classificatório oriundo da minha observação na primeira metade dos anos 80 já não dava conta da dinâmica dos gêneros jornalísticos, evidenciando algumas mudanças: 1) o vulto de matéria focalizando “serviços” não mais cabia no formato “nota” do gênero informativo, sinalizando a emergência do gênero utilitário; 2) a presença de matéria do tipo *enquete* que se desgarravam dos formatos entrevista ou reportagem, denotando o reflorescimento do gênero interpretativo; e 3) O aparecimento significativo de textos conotados pelo humor ou pela ironia que deixavam de perfilar o território pertencente ao gênero opinativo, ensejando o cultivo do gênero diversional. (MELO; ASSIS, 2010, p.27).

Posteriormente, o autor cria uma nova classificação para os gêneros jornalísticos, estabelecendo cinco gêneros no jornalismo brasileiro: informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário. No final dos anos de 1990, Marques de Melo incentiva e coordena várias pesquisas empíricas sobre os gêneros jornalísticos, juntamente com grupos de pesquisas e estudantes, que colaboraram na constatação de uma progressão em alguns gêneros jornalísticos, a exemplo, do gênero utilitário, que também pode ser conceituado como jornalismo de serviço.

Esse conjunto de observações empíricas realizadas durante os anos 90 reafirmou a tese de que o jornalismo brasileiro permanece polarizado entre os gêneros informativo e opinativo. Mas suas tendências residuais evidenciaram o aparecimento de outros gêneros. Seja de forma episódica, como o gênero diversional ou de entretenimento. Seja de modo intermitente, como o gênero interpretativo ou explicativo. Seja ainda em ritmo crescente, como o gênero utilitário ou de serviço. (MELO; ASSIS, 2010, p.29).

A dinâmica dos gêneros jornalísticos leva à necessidade de compreendê-los atrelados aos contextos espaciais em que estão ligados. Desse modo, os gêneros predominantes no jornalismo brasileiro são distintos, por exemplo, dos gêneros dominantes no jornalismo europeu. Além disso, é necessário se ater também ao tempo histórico em que se estabelece um ponto de vista sobre os gêneros.

A identificação e a classificação de novos gêneros jornalísticos, as hibridizações e até mesmo o desaparecimento de certos tipos são alguns dos desafios postos aos estudos sobre os gêneros jornalísticos, no início desse século XXI, resultantes, em muito, das transformações ocorridas no jornalismo em função das novas tecnologias de comunicação, seja pelas rotinas produtivas da atividade jornalística em que os formatos são experimentados e consolidados, especialmente, pela relação de consumo de conteúdos conforme as expectativas da audiência.

4 APORTE TEÓRICO PARA ESTUDOS SOBRE GÊNEROS JORNALÍSTICOS

Nos estudos sobre os gêneros jornalísticos, dois paradigmas são mais evidentes – funcionalista pragmático, com a teoria funcionalista, e o crítico radical. De acordo com o funcionalismo, os gêneros jornalísticos, enquanto desdobramentos do campo jornalístico, precisam ser entendidos como elementos linguísticos que têm a função de atuar para o equilíbrio da sociedade e para manutenção do status social. Desse modo, os meios de comunicação de massa seriam análogos a uma “peça” que mantém a estrutura e a engrenagem da “máquina” social em ordem e em bom funcionamento, por meio de seus discursos informacionais e representações midiáticas. Também, em outra analogia, as mídias são entendidas como um subsistema dentro do organismo social, desempenhando a função de ressaltar e reforçar modelos de comportamento para uma boa sociabilidade (TEMER; NERY, 2004, p.55). Melo e Assis (2013, p. 26) versam, especificamente, sobre a relação entre os gêneros e o funcionalismo nos estudos da comunicação.

O funcionalismo faz dos gêneros uma espécie de “cavalo de batalha”, à medida que eles se estruturam refletindo as funções sociais básicas assimiladas pelos meios de comunicação e atualizadas de acordo com as transformações sociais. Assim sendo, seus conteúdos são moldados por categoriais funcionais (entre elas o jornalismo) que se reproduzem em classes (ou gêneros), por sua vez organizadas em formas de expressão com certas características comuns (formatos) e subdivididas em espécies (tipos). (MELO; ASSIS, 2013, p.26).

Noutro contorno, os estudos sobre os gêneros jornalísticos também são encarados pela teoria crítica no âmbito da estereotipação, a qual a indústria cultural se apropria em seus discursos, formatos e em suas representações para modelar comportamentos e definir as identidades de bens materiais e simbólicos, em nome da produção em série, conseqüentemente, dominando e manipulando a massa por meio da padronização. Para Melo e Assis (2013, p.27), os gêneros são encarados pela teoria crítica como um “mal necessário”, sendo analisados criticamente como uma das estratégias ideológicas veladas pela indústria cultural para conformação de identidades.

Os estereótipos são indispensáveis para antecipar as experiências de realidade social vivenciadas pelos receptores. A estereotipação não se restringe aos conteúdos ideológicos das mensagens, mas se amplia para incluir também suas formas, seus delineamentos, suas características, enfim, tudo aquilo que se responsabiliza por conferir identidades aos produtos midiáticos. Também possibilita que a audiência, consciente ou inconscientemente, identifique as diferentes mensagens a ela endereçadas, podendo atinar, por exemplo, para a diferença entre uma telenovela e um telejornal ou entre uma revista de informação semanal e um gibi. (MELO; ASSIS, 2013, p. 27).

Os gêneros jornalísticos também podem ser apreendidos segundo a corrente de pesquisa em comunicação nomeada como *Newsmaking*, que considera a influência dos emissores e da cultura organizacional nas comunicações de massa, especialmente, na produção de notícias. Essa corrente insere-se nos estudos sobre a comunicação de massa que se concentraram na cobertura global dos meios de comunicação e seus efeitos em longo prazo, e não somente em campanhas ou nas primeiras correntes de pesquisa sobre os meios de comunicação que se detiveram sobre os efeitos imediatos dos veículos de comunicação.

Dentre o *NewsMaking*, há uma abordagem que privilegia a análise de preparação e de apresentação dos acontecimentos dentro dos formatos e da duração dos noticiários, processo esse em que pesa a relevância dos gêneros jornalísticos na recontextualização dos fatos, que são fragmentados para a construção das notícias e também passam por uma atribuição de hierarquia de noticiabilidade, bem como uma imposição de ordem nesses acontecimentos para o trabalho jornalístico.

A rigidez do formato (uma duração preestabelecida e estável, uma ordem no esquema prefixada e respeitada) acaba por constituir o parâmetro ao qual são adaptados os conteúdos do noticiário: neste sentido, representa o contexto (formal/textual) em que a relevância e o significado das notícias são captados em relação ao qual são avaliados. Representa também o contexto num outro sentido: é dentro do quadro do formato que opera o mecanismo de adição de sentido ligado à aproximação de duas notícias entre si, aos critérios de calibragem do ritmo interno do noticiário, às inferências que se podem extrair da ordem em que estão dispostas as próprias notícias [...] (WOLF, 2001, p.244-245).

Nos estudos sobre os gêneros jornalísticos, especialmente, ao observar o caso do jornalismo brasileiro, em que houve a identificação de novos gêneros no final do século XX e a hibridização de gêneros, nesse sentido, a teoria culturológica da escola francesa corrobora para a compreensão da dinâmica dos gêneros jornalísticos em relação ao sincretismo e a hibridização dos conteúdos noticiosos. A teoria culturológica entende os meios de comunicação como um sistema de cultura, que se relaciona e contrapõe-se a outros sistemas culturais também presentes nas sociedades industrial e tecnológica.

Os estudos franceses também trabalham com a tendência dos meios de comunicação de massa da “mistura” dos conteúdos, ou seja, de misturar ficção com realidade, de contaminar - de forma intencional ou não - estilos e gêneros. Essa mistura está presente em vários momentos da cultura de massa: na novela ou filme, que usa um “ator” fazendo papel dele mesmo, ou dramatiza uma história real, no telejornal, que usa atores para “reconstruir” a cena do crime”. (TEMER; NERY, 2004, p.97-98).

De acordo com a escola francesa, cujo marco concentra-se na obra *Cultura de Massa no Século XX: o Espírito do Tempo*, de Edgar Morin, há uma contradição no uso de arquétipos nas comunicações de massa como exigências produtivas, pois essa mesma cultura de massa que trabalha com padronizações, também se reinventa em suas formas, porque até mesmo os padrões necessitam de originalidade(WOLF, 2001, p.102).

O aporte teórico sobre os gêneros jornalísticos colabora para a compreensão da crescente emergência de novos gêneros no jornalismo brasileiro, na primeira metade do século XXI, a exemplo do jornalismo de serviço, que é objeto de estudo neste artigo. Nesse sentido, torna-se necessário constatar a progressão desse gênero nos diversos meios noticiosos, suas características e funções delineadoras, bem como versar sobre um embasamento teórico para o jornalismo de serviço no Brasil.

5 JORNALISMO DE SERVIÇO: CONCEITUAÇÕES

O jornalismo de serviço é também conceituado como gênero utilitário, jornalismo utilitário, jornalismo de bem-estar ou social, por ser capaz de atender as necessidades da sociedade, por ter um caráter utilitarista para o leitor (DIAS *et al*, 1998, p.7). Na produção jornalística brasileira, a presença do gênero utilitário tem sido recorrente na contemporaneidade, tanto que na nova classificação dos gêneros jornalísticos no Brasil, elaborada a partir de observações empíricas realizadas no jornalismo brasileiro no final do século XX, Melo (2010, p.25) considera que: “Na passagem para o século XXI, aparecem outros gêneros: interpretativo, diversional e utilitário, disputando espaço com os gêneros precedentes”, sendo os gêneros informativo e opinativo considerados como predominantes no modelo de produção jornalística no Brasil, desde então.

Porém, Vaz (2009, p. 189), em sua pesquisa exploratória sobre o jornalismo de serviço para sua dissertação de mestrado, revela a existência do material utilitário desde o surgimento da imprensa brasileira, por meio da publicação de preços de produtos no mercado, a partir de 1808, no pioneiro jornal *Correio Brasiliense* e também nas primeiras edições da *Folha da Manhã*, nos anos de 1920, nos quais foram identificados alguns formatos utilitários, como: notas necrológicas, resultados de loterias, lista de objetos achados, cotações de produtos no mercado e roteiros de cinema e teatro. Segundo a autora, essas constatações refutam a hipótese que considera o surgimento do gênero utilitário no final do século XX.

O fato é que a função utilitária e orientadora do jornalismo surge com o nascimento da imprensa, quando já havia interesse pela divulgação de cotação de preços de produtos, como arroz, algodão, café e muitos outros.

Mesmo tendo surgido com a práxis do jornalismo, é preciso considerar que a legitimação do gênero utilitário realmente acontece após o processo de industrialização do país. A intensificação da urbanização e suas decorrências determinam a importância dessa espécie de jornalismo, e isso acontece ainda nos dias atuais. (VAZ, 2009, p.189).

Precursor dos estudos sobre gêneros jornalísticos no Brasil nos anos de 1960, o autor Luiz Beltrão iniciou a delimitação entre os gêneros informativo, opinativo e interpretativo, mas não classificou os serviços nem como uma categoria entre os gêneros e nem como um formato. Porém, segundo Vaz (2010, p.126-127), Beltrão reconhece a existência dos serviços no jornal impresso, por meio dos pedidos de publicação, comunicados, avisos, votos de felicitações, etc..., material esse que, do ponto de vista de Beltrão, é considerado interesseiro, competindo ao jornalista tratar a informação recebida e distinguir entre o que deve ser divulgado por ser de interesse para o jornal e para o público e o que deve partir do departamento comercial da redação, como matéria paga.

Chaparro (1998, p. 123), por sua vez, considera a existência do jornalismo de serviço, nas formas brasileiras, como uma classificação entre as formas práticas do gênero relato, diferindo-se das espécies narrativas também categorizadas no gênero relato, como a reportagem, notícia, entrevista, coluna. Nas espécies práticas do gênero relato, segundo o autor, reúnem-se os formatos: roteiros, indicadores, agendamentos, previsão do tempo, cartas-consulta, orientações úteis. Nos estudos dos jornais impressos realizados por Chaparro, nos anos de 1995, as espécies utilitárias representaram, em percentuais, 21,31% do espaço dedicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* para o relato da atualidade, confirmando “[...] a consolidação dessa política editorial de valorização da vocação utilitária do jornalismo.” (CHAPARRO, 1998, p.83). O autor enfatiza ainda a necessidade de mais estudos sobre o conteúdo utilitário, especialmente, devido às insuficiências e às inadequações de classificar as espécies utilitárias e à significativa participação dessas no jornalismo brasileiro.

Entre as insuficiências e inadequações que os critérios classificativos tradicionais revelaram para a tipificação das formas discursivas do actual jornalismo brasileiro, uma adquire relevância acentuada: a incapacidade de classificar as espécies utilitárias, aquilo a que vulgarmente se chama “Serviço”, até agora tratadas como simples tendência ou curiosidade. Entretanto, a significação da participação dessas espécies nos espaços ocupados pelos conteúdos jornalísticos impõe a sua caracterização enquanto manifestação discursiva. São formas adequadas de mediação para solicitações concretas da vida urbana, nos planos do negócio, da cultura, do consumo, do lazer, do acesso a bens e serviços, na ordenação de preferências e movimentos, nas estratégias e táticas da sobrevivência. As espécies utilitárias deixaram de ser manifestações secundárias no relato da

actualidade. Por isso, há que entendê-las e classificá-las enquanto formas do discurso, no jornalismo. (CHAPARRO, 1998, p. 115-116).

Melo (2007 *apud* VAZ, 2008, p.12) defende a existência do gênero utilitário ou operacional, compreendendo-o como um gênero que surge no limiar do século XXI e justifica seu surgimento pela necessidade de tomadas de decisões rápidas no mundo financeiro e também pelo estabelecimento das sociedades compostas por cidadãos-consumidores. Além disso, o autor considera a atualidade um fator marcante nesse gênero, mas sem o elemento da novidade nos fatos. Entre o gênero utilitário, é constatada a existência de quatro formatos, segundo a classificação feita pelo autor:

Indicador: Dados fundamentais para a tomada de decisões cotidianas. (Cenários econômicos, meteorologia, necrologia, etc.).

Cotação: Dados sobre a variação dos mercados: monetários, industriais, agrícolas, terciários.

Roteiro: Dados indispensáveis ao consumo de bens simbólicos.

Serviço: Informações destinadas a proteger os interesses dos usuários dos serviços públicos, bem como dos consumidores de produtos industriais ou de serviço privados. (VAZ, 2010, p. 128. grifo da autora).

Melo (2010, p.29-34), ao se referir à progressão do gênero utilitário no panorama do jornalismo brasileiro, cita as diversas pesquisas realizadas que versam sobre esse tema, com a colaboração de estudantes de graduação e também em dissertação de mestrado e tese e doutorado, o que revela a crescente tendência do gênero utilitário no jornalismo brasileiro para o campo científico da comunicação. Opondo-se à apreensão do jornalismo de serviço como um formato ou como um gênero complementar ao informativo, Vaz (2010, p.138) defende-o como um gênero independente e que não cabe nas classificações opinativas e informativas já existentes. Em seu estudo, a autora acrescenta à recente “classificação Marques de Melo” mais dois formatos para o gênero utilitário: “olho” e “dica”, como sendo espécies híbridas que possuem características tanto dos gêneros informativo, como a reportagem, quanto do gênero utilitário, com os formatos serviços e roteiro.

Olho: São as reportagens, isto é, relatos aprofundados de fatos de interesse público, que acrescentam vestígios de informações utilitárias, muitas vezes em olho ou boxes, complementando o material informativo e instigando o leitor a possibilidade de ação e reação.

Dica: Informações que unem o formato reportagem (relato estendido sobre algum acontecimento) com o formato roteiro (relato resumido sobre as opções de consumo de bens simbólicos). (VAZ, 2010, p.129, grifo da autora).

Apesar de a prestação de serviço ser uma função inerente ao campo social do jornalismo, Temer (2013, p. 312) defende o jornalismo de serviço como um gênero independente, destacando, especialmente, a sua função didática, que o distingue dos demais.

No entanto, mesmo inserido em editoriais predefinidas, o jornalismo de serviço ou utilitário tem características distintas, que inclui um conteúdo marcado pelo caráter orientador ou indicador, principalmente voltado para a formação de comportamentos. Portanto, o jornalismo de serviço possui grande potencial didático e até mesmo aspectos ideológicos que vão além do uso simplista e imediato da informação. (TEMER, 2013, p.312).

É a partir das defesas do potencial didático no jornalismo de serviço que se ressalta a necessidade de haver um aprofundamento nas pesquisas sobre esse gênero, na missão de trazer à luz como esse elemento pedagógico e didático presente nas características do jornalismo de serviço alia-se à linguagem e às necessidades das sociedades contemporâneas. Questões essas, como: seria esse gênero compatível com as narrativas sucintas da linguagem da era da Sociedade da Informação e com a nova cognição dessa sociedade, cuja atenção, geralmente, fixa-se nos formatos textuais curtos, na exacerbação das imagens visuais e no uso de infográficos atrativos, facilitando, assim, a aprendizagem de saberes socialmente relevantes? Seria um gênero mais educativo para os diversos atores sociais, cuja função, metaforicamente, trata-se de “[...] não só dar os peixes, mas a ensinar a pescá-los”, como ressalta (DIEZHANDINO, 1993, p.124, tradução nossa)? É o gênero que reconfigura o *lead*, informando não somente *sobre*, mas *para* uma ação a partir da informação útil? Essas e outras questões vêm à tona na tarefa de empreender uma dissertação de mestrado, em andamento, sobre esse gênero, relacionando-o com comunicação, educação e cidadania.

5 BASES TEÓRICAS PARA O JORNALISMO DE SERVIÇO

Vaz (2013, p. 21), em sua tese de doutorado sobre o jornalismo utilitário, evidencia a existência de poucos referenciais teóricos que tratam exclusivamente desse objeto de estudo no jornalismo brasileiro. Em sua tese, a autora constrói um aporte teórico sobre o jornalismo de serviço, em que opta por utilizar o termo jornalismo utilitário, justificando a sua escolha por essa nomenclatura. Na tese, ela relaciona ainda duas correntes teóricas dicotômicas, a teoria formalista, associada ao paradigma linguístico, e a teoria funcionalista, referente ao paradigma funcionalista pragmático, para embasar teoricamente esse gênero jornalístico.

Segundo a autora, apesar de haver uma dicotomia entre o funcionalismo e o formalismo, especialmente, pela teoria formalista, que “[...] enaltece o significado e o uso das formas linguísticas, considerando a língua como um princípio autônomo. Pesquisadores desta

corrente defendem a autonomia linguística em relação a outras ciências [...]” (VAZ, 2013, p. 25), para ela, é possível apropriar-se das nuances de cada uma dessas teorias, com o objetivo de formular um aporte teórico para o jornalismo utilitário. A autora também reconhece a evidente relação desse gênero com o funcionalismo, que compreende os meios de comunicação de massa a partir das funções sociais que desempenham para a manutenção da ordem em sociedade. “Queremos nos desprender do sentido de oposição entre as teorias, e ao mesmo tempo, observar o gênero enquanto forma, função que desempenha, estrutura e uso.” (VAZ, 2013, p.26).

Com base nas defesas de um elemento pedagógico no jornalismo de serviço, creditamos também a esse gênero uma relação com o difusionismo, movimento teórico esse bastante difundido nos países da América Latina, como no Brasil, nos anos de 1960, a partir dos modelos conceituais dos estudos de comunicação de massa precedentes dos Estados Unidos. De acordo com o difusionismo, a comunicação de massa tem a capacidade de convencer, orientar e educar os receptores a se apropriarem de inovações e recursos científicos, tecnológicos e modernos, contribuindo, assim, para o desenvolvimento dos países “subdesenvolvidos”, independentemente das condições sociais, econômicas e políticas dessas nações (TEMER; NERY, 2004, p. 157).

Os estudos iniciais sobre os gêneros jornalísticos no Brasil também se aproximam dos fundamentos da escola latino-americana, especialmente, devido às contribuições dos autores que empreenderam a normatização para a teoria dos gêneros jornalísticos, como o pioneiro Jacques Kayser, professor no Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina – Ciespal, e, posteriormente, o autor brasileiro, Luiz Beltrão, que também participou do grupo de pesquisadores no Ciespal e cuja obra é o marco inicial dos estudos sobre gêneros jornalísticos, no Brasil, pois “[...] catalisou as ideias esboçadas pelo seu colega docente no Ciespal, compondo uma trilogia sobre os gêneros jornalísticos no Brasil.” (MELO; ASSIS, 2010, p.14). Colaborou também para os estudos sobre gêneros jornalísticos, no Brasil, o autor Marques de Melo que, posteriormente, revisita a trilogia dos gêneros jornalísticos, e, constituiu, então, uma nova classificação para esses, no final do século XX.

Todo esse movimento inicial nos estudos dos gêneros jornalísticos no Brasil revela a influência da escola latino-americana, que se baseia na polifonia conceitual e metodológica, no incentivo à pesquisa-ação e na formação de um conhecimento próprio para os estudos comunicativos, o que, de certa forma, contribuiu para a sistematização de estudos sobre os

gêneros jornalísticos no Brasil fundamentados na percepção de que os modelos teóricos advindos de países do hemisfério norte não eram capazes de explicar as especificidades de expressões do jornalismo brasileiro.

Desse modo, a apreensão do jornalismo de serviço consiste, para nós, em última instância, o resultado desse movimento inicial de incentivo para uma educação por meio da comunicação de massa empreendido pelo Ciespal e seus pesquisadores e, que, dialeticamente, iniciou um movimento teórico e metodológico paralelo, visando à formação de conceitos e metodologias para os estudos de comunicação condizentes com a cultura brasileira e, a exemplo, com a imprensa no Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de estabelecer uma base teórica sobre os gêneros jornalísticos, e, especificamente, sobre o jornalismo de serviço algumas correntes teóricas são mais evidentes, como a teoria funcionalista e a teoria crítica, que servem para dimensionar os gêneros jornalísticos dentre as teorias da comunicação. Por sua vez, para o jornalismo de serviço, outras correntes também podem ser consideradas como aporte teórico, não se excluindo em suas distinções, mas complementando-se.

Sem a intenção de esgotar a temática neste artigo, ressalta-se a necessidade de se aprofundar os estudos sobre o jornalismo a partir da teoria dos gêneros dessa área, compreendendo essas categorias discursivas como modeladoras das enunciações jornalísticas e que podem levantar questões sobre o modo de operação do jornalismo atualmente, no Brasil, e também podem ser um dos caminhos para se discutir a reinvenção das funções hegemônicas e das práticas do jornalismo, transformações essas tão aclamadas no início deste século XXI para a área. Propõe-se também mais reflexões e pesquisas sobre o jornalismo de serviço, gênero esse que nos interpele cotidianamente nos discursos dos meios noticiosos, porém, ainda é um tema de escassos estudos no âmbito acadêmico brasileiro.

REFERÊNCIAS

CHAPARRO, M. C. **Sotaques d'aquém e d'além mar**: percursos e géneros do jornalismo português e brasileiro. Santarém: Jortejo, 1998.

DIAS, P. R. et al. Gêneros e formatos na comunicação massiva periodística: um estudo do jornal "Folha de S. Paulo" e da revista "Veja". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 21., 1998, Recife. **Anais...** Recife, PE: Intercom, 1998.

DIEZHANDINO, M. P. el periodismo de servicio: la utilidad en el discurso periodístico. **Anàlisi**: quaderns de comunicació i cultura. n.15, p.117-125, 1993. Disponível em:<<http://www.raco.cat/index.php/analisi/article/viewFile/41192/89145>>. Acesso em: 28 jul.2014.

FERREIRA, F. G. Gêneros jornalísticos no Brasil: estado da arte. **Bibliocom**, São Paulo, v.4, n. 1, p.2-11, 2012. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/bibliocom/article/viewFile/1194/1114>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

GROTH, O. **O poder cultural desconhecido**: fundamento da ciência dos jornais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MELO, J. M.; ASSIS, F. A natureza dos gêneros e dos formatos jornalísticos. In: SEIXAS, L.; PINHEIRO, N. F.. (Orgs.). **Gêneros**: um diálogo entre comunicação e linguística. Florianópolis: Insular, 2013, p.19-38.

MELO, J. M. Gêneros jornalísticos: conhecimento brasileiro. In: MELO, J. M. ASSIS, F. (Orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010, p.13-22.

SILVA, L. M. da. Jornalismo e Pós-jornalismo, trabalho e sobre trabalho. **Esferas**: Revistas Interprogramas de Pós-Graduação em Comunicação do Centro-Oeste. Brasília: UCB; UnB, ano 1, p. 11-17, 2013.

TEMER, A. C. R. P.; NERY, V. C. A. **Para entender as teorias da comunicação**. Uberlândia: Aspectus, 2004.

TEMER, A. C. R. P. Revendo elementos clássicos da pesquisa empírica: gêneros e análise de conteúdo como bases de pesquisas empíricas em comunicação. In: BARBOSA, M.; MORAIS, O. J. de. (Orgs.). **Quem tem medo da pesquisa empírica?**. São Paulo: Intercom, 2011, p.411- 432.

TEMER, A. C. R. P. Jornalismo de serviço: entre a informação, o consumo e a cidadania. In: SEIXAS, L.; PINHEIRO, N. F. (Orgs.). **Gêneros**: um diálogo entre comunicação e linguística. Florianópolis: Insular, 2013, p. 301-326.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, G. **Making news**: a study in the construction of reality. New York, Free Press, 1978.

VAZ, T. C. V. **Jornalismo de serviço**: o gênero utilitário na mídia impressa brasileira. 2009. 197 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social)–Faculdade de Comunicação, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.

VAZ, T. C. V. Gênero utilitário. In: MELO, J. M.; ASSIS, F. de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010, p. 125-140.

VAZ, T. C. V. Jornalismo de serviço: as espécies utilitárias como gênero na mídia brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 31., 2008, Natal. **Anais Eletrônicos...** Natal: UFRGS, 2008 Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0482-1.pdf>> Acesso em: 23 jul. 2014.

VAZ, T. C. V. **Jornalismo utilitário: teoria e prática**: fundamentos, história e modalidades de serviço na imprensa brasileira. 2013. 221 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social)-Faculdade de Comunicação, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2013.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 6. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2001.